

• Nacional

SETOR PÚBLICO

Com arrecadação menor, governo não conseguirá cumprir o orçamento

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O governo já antevê uma "situação de caixa bastante afritiva" para o Tesouro Nacional, em consequência da frustração das metas de arrecadação tributária incluídas no programa de estabilização econômica no início do ano, tanto na receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) quanto nas contribuições para o Finsocial e o Pin-Proterra.

Esta situação tende a se agravar quando se sabe que as despesas já estão fixadas no orçamento da União, como reconheceu ontem na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados o titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Pedro Pulen Parente. Ele admitiu também que houve no passado uma colocação de títulos no mercado acima da capacidade de absorção por parte da sociedade.

Contribuiu para a revisão das metas de arrecadação a constatação de que a Secretaria da Receita Federal não conseguirá cumprir a intenção de aumentar em 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB) a entrada de recursos provenientes de um esforço de fiscalização, combatendo especialmente a sonegação por parte de pessoas jurídicas.

NÃO HA SONEGAÇÃO

"Isto não poderia mesmo ocorrer, porque a concentração da cobrança do imposto indica que não existe tamanha sonegação entre as empresas, a não ser que os gerentes estivessem desviando dinheiro dos acionistas", observou o presidente da comissão e ex-secretário da Receita Federal, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que desde o início do ano acusava o Plano Verão de ter superestimado as receitas e subestimado as despesas.

Além da frustração, pelo menos parcial, dos cerca de NCz\$ 7,8 bilhões por conta deste esforço de fiscalização, Dornelles prevê



Pedro Parente

também uma perda de mais de 0,5 ou 0,6% do PIB em decorrência da mudança na sistemática de cobrança do Imposto de Renda, com ênfase nos ganhos de capital em detrimento das rendas do trabalho. Parente absteve-se de comentar a crítica, por não ser especialista em tributação, mas garantiu que o governo se mantém disposto a continuar cumprindo a regra de só gastar o que for arrecadado.

TAXAS ALTAS

O executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, segundo Parente, uma proposta para formalizar a inclusão no orçamento da União das despesas adicionais com o pagamento dos encargos da dívida pública, decorrentes da alta nas taxas entre janeiro e março. A previsão original, de um gasto da ordem de NCz\$ 10,9 bilhões com encargos da dívida interno, ou 2,48% do PIB, já está superada.

Ao explicar ao deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG) como são as relações entre o Banco Central e o Tesouro, Parente reconheceu que este último remunerava a autoridade monetária por conta de títulos emitidos que não foram absorvidos pelo mercado, como ocorreu intensamente há dois anos, antes da criação das Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

"Eu também sou contra", respondeu aos parlamentares.